

Patentes de biotecnologia crescem em ritmo lento

Chico Santos

Do Rio

Apesar dos avanços em aspectos como aumento do emprego formal e expansão do ensino de pós-graduação, dois documentos complementares, o Catálogo de Patentes sobre Biotecnologia no Mercosul e o Inventário de Capacidades de Biotecnologia, que serão divulgados hoje no Workshop Nacional de Biotecnologia, no Rio, mostram que o registro de patentes brasileiras nessa área continua incipiente.

Entre 2000 e 2007, foram obtidos só 33 registros no USDPO, o escritório americano de patentes, referência mundial como indicador de desenvolvimento tecnológico. No mesmo período, foram concedidas 53.939 patentes biotecnológicas pelo escritório americano.

“Os instrumentos que precisávamos (para estimular o desenvolvimento científico) começaram a funcionar recentemente. Não vai haver milagre. Os números ainda são muito aquém do que seria desejável”, disse ao **Valor** o secretário nacional do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luiz Antonio Barreto de Castro, representante

Registro de patentes

De biotecnologia no Mercosul

	Mundo	Brasil	Argentina	Uruguai	Paraguai
2000	6.983	1	-	-	-
2001	7.871	3	1	-	-
2002	7.250	3	-	-	-
2003	6.698	8	1	-	-
2004	6.005	5	-	-	-
2005	5.302	2	-	-	-
2006	6.950	7	3	-	-
2007	6.880	4	4	1	-
Total	53.939	33	9	1	-

Fonte: Projeto Biotech/Centro Redes

no Brasil do Programa Biotecsur, promotor do evento no Rio. O Biotecsur é um programa de desenvolvimento de biotecnologias nos países do Mercosul, com cooperação da União Européia.

Em uma comparação trienal, verifica-se que o registro de patentes biotecnológicas brasileiras no escritório americano acompanhou o movimento geral. De 2002 a 2004, o país registrou 332 patentes, sendo 16 biotecnológicas, equivalentes a 4,8% do total. De 2005 a 2007, houve queda de 13% nos registros gerais, que somaram 288 patentes. A área de biotecnologia acompa-

nhou a queda, ficando em 13 patentes, ou 4,5% do total.

Além de poucas, as patentes brasileiras de biotecnologia aceitas no pela agência americana são, basicamente, propriedade de instituições oficiais de ensino e pesquisa ou de empresas estatais. Das 33 obtidas de 2000 a 2007, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Embrapa, a Fiocruz, a Petrobras, a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e CNPq detêm 27. A UFMG lidera com seis patentes. A partici-

pação de empresas é ínfima.

O secretário do MCT, que fez carreira na Embrapa, admite o atraso, mas diz que a legislação brasileira e os instrumentos de apoio à inovação foram por muito tempo obsoletos ou inexistentes. Os fundos setoriais que asseguram recursos para a pesquisa só existem desde 2000, a lei de inovação, desde 2004 e o instrumento da subvenção (recursos não-reembolsáveis) para empresas, desde 2006.

Mesmo assim, segundo Castro, a produção científica brasileira passou de 0,4% da mundial, em 1980, para 2% atualmente, multiplicando-se por cinco. “A competência existe, mas ainda não conseguimos passar a evolução da ciência para inovação na indústria”, afirma. Para Castro, somente com tempo para o amadurecimento dos instrumentos criados é que os resultados irão aparecer. “Não existe passe de mágica”, afirma.

Se a situação no Brasil é ruim, no restante do Mercosul é ainda pior. Entre os anos de 2000 e 2007, a Argentina registrou apenas nove patentes biotecnológicas no USPTO. O Uruguai registrou uma e o Paraguai, nenhuma.